PARA QUEM PRECISA.
PARA QUEM ACREDITA.
PARA QUEM REALIZA.

# A FOMENTO AJUDA A TRANSFORMAR O PARANÁ.



A Fomento Paraná é uma instituição financeira de desenvolvimento do Governo do Estado, que completa 15 anos em 2014. Ela atua em sintonia com as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local e regional, à inovação, e procura estimular a ampliação da base produtiva no Paraná. Por meio de um modelo de crédito produtivo orientado, a Fomento oferece crédito de baixo custo para

apoiar iniciativas de empreendedores de micro, pequeno e médio porte em todas as regiões do estado. É também gestora de linhas de financiamento para apoiar políticas públicas de desenvolvimento dos municípios, como obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, modernização administrativa, programas de gestão de resíduos e outros.







CNPJ n° 03.584.906/0001-99 Av. Vicente Machado n° 445 - 4° andar - 80420-010 - Curitiba/PR



#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná, é uma instituição financeira de desenvolvimento organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é principal acionista. O capital social da instituição é de R\$ 1,01 bilhão.

A criação da Fomento Paraná foi autorizada em 1997, pela Lei Estadual nº 11.741. O Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). A empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A empresa atua em sintonia com as políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento local e regional e à inovação e procura estimular a ampliação da base produtiva no Paraná.

Por meio de um modelo de crédito produtivo orientado, a Fomento Paraná oferece linhas de crédito de baixo custo para apoiar iniciativas de empreendedores de micro, pequeno e médio porte, do campo ou da cidade, em todas as regiões do estado.

A Fomento Paraná também é responsável pela gestão de linhas de financiamento para dar suporte a políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos municípios paranaenses, financiando obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos,

modernização administrativa, gestão de resíduos sólidos, entre outros fins. Isso é feito por meio do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), Paraná Juro Zero - Máquinas e Equipamentos ou Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP II). E a partir de 2013, como agente

financeira credenciada pela Caixa Econômica Federal para operações com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2 Pró-Transporte), no financiamento de obras de mobilidade e infraestrutura, para pavimentação e qualificação de vias urbanas.

A instituição também é responsável pela gestão de fundos públicos estaduais, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o

Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), e o Fundo de Aval Rural (FAR). É responsável ainda pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

A Fomento Paraná atua na:

- Oferta de financiamentos destinados a empreendimentos sustentáveis, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do Estado no Paraná;
- Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado;
- c. Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade do Estado.

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

#### I - DESTAQUES DO PERÍODO

O ano de 2013 foi marcado por uma série de avanços na gestão da Fomento Paraná, que permitiram à empresa superar marcas históricas no financiamento aos empreendedores e aos municípios paranaenses.

A Fomento Paraná teve sua classificação inicial de risco emitida pelas agências internacionais Fitch Ratings e Moody's, que classificaram a instituição no patamar de "grau de investimento", equivalente à classificação dos grandes bancos privados nacionais.

As duas agências atestam que a Fomento Paraná é uma instituição segura para os investidores; que conta com boas práticas de governança corporativa; e que, além da boa qualidade de ativos e de rentabilidade, mantém um colchão de reservas adequado, com excelentes garantias para a principal carteira de crédito, que é voltada ao setor público, área em que tem grande expertise.

ME - Longo Prazo

MN - Longo Prazo

POWENTO PARAMA	DDD-	AAT
Estado do Paraná	BBB-	AA+
MOODY'S	ME - Longo Prazo	MN - Longo Prazo
FOMENTO PARANÁ	Baa3 - estável	Aa1.br - estável
Estado do Paraná	Baa3 - estável	Aa1 hr - estável

- A classificação de risco permitiu à Fomento Paraná habilitar-se a captar recursos de novas fontes, inclusive no mercado internacional, para dar suporte a programas e projetos do Governo do Paraná. Foram iniciadas as tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para uma linha de financiamento destinada a políticas públicas de gestão de resíduos sólidos nos municípios, contemplando projetos públicos e privados.
- A Fomento Paraná foi credenciada pela Caixa Econômica Federal para atuar como agente financeiro dos municípios em operações de financiamento com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com um limite de crédito de até R\$ 131 milhões, no programa FGTS Pró-Transporte - PAC2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 3ª etapa, do Ministério das Cidades.

A Fomento Paraná foi credenciada também pela Finep, empresa pública ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para

- operar recursos do programa Inovacred. Essa linha de crédito, no valor inicial de R\$ 80 milhões, financia projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico que ampliem a competitividade das empresas paranaenses. Foram lançadas novas linhas de crédito para atender segmentos distintos.
- No âmbito do financiamento ao desenvolvimento dos municípios, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e seu ente vinculado, o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Fomento Paraná atualizou o Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP II), para renovação do parque de máquinas dos municípios.
- Foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador a lei que atualiza e moderniza o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM). O SFM passou a contar com um novo marco regulatório, que promove uma blindagem dos recursos e assegura a autossustentabilidade do sistema. A partir da remodelação, tanto o SFM quanto o PROMAP tiveram um reescalonamento das taxas de juros.
- No âmbito do programa Banco do Empreendedor Crédito Solidário, foi criada a linha Paraná Juro Zero, para empreendedores informais e famílias atendidas em ações de desenvolvimento social ou da economia solidária. A nova linha Banco do Empreendedor Médias Empresas, ampliou para até R\$ 3 milhões o acesso ao crédito para empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. E a linha Crédito Jovem abriu a possibilidade para que universitários com espírito empreendedor e profissionais graduados há até cinco anos possam obter financiamentos de até R\$ 200 mil. com juros baixos e sem necessidade de garantia real.
- Aproveitando-se da parceria com segmentos da sociedade civil organizada em diferentes regiões, a Fomento Paraná inaugurou
  espaços do Banco do Empreendedor na Associação Comercial e Industrial de Maringá; na Associação Comercial do Paraná
  (Curitiba); nas prefeituras de Quatro Barras, Foz do Iguaçu e Cascavel, entre outras.
- Essa parceria com segmentos empresariais, prefeituras e secretarias de estado proporcionou a formação de uma rede que já possui 503 agentes de crédito atuando em 368 postos de atendimento em 269 municípios do Paraná. Todos foram capacitados em cursos ministrados por meio de uma plataforma exclusiva de Ensino à Distância. Ao longo do ano, foram formadas seis turmas no curso de formação de agentes e outras quatro ações de capacitação presencial específicas foram realizadas nas cidades de Toledo, Curitiba (FIEP), Cascavel e Maringá.
- Um grande esforço foi feito pela Fomento Paraná no projeto Copa do Mundo Brasil 2014 em Curitiba. A instituição intermediou o repasse de um financiamento do BNDES para a reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada e fez duas operações de crédito, por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico, para assegurar a execução das obras.
- Por decisão do acionista majoritário, o Estado do Paraná, durante a 59ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em dezembro, o capital social da instituição foi reduzido no montante de R\$ 150 milhões. A decisão decorreu da análise do custo de oportunidade do uso de recursos e foi acompanhada do compromisso de reposição dos valores brevemente.
- Em prosseguimento às metas do planejamento estratégico, a instituição promoveu um concurso público, para ampliar e qualificar ainda mais o quadro funcional. Mais de 11 mil candidatos disputaram as 38 vagas abertas. O chamamento dos aprovados está em fase final.
- O aumento do quadro funcional foi seguido de expansão física, com a criação de novo espaço para atendimento ao público. Colaboradores e público ganharam uma área projetada para conciliar acessibilidade e funcionalidade com localização estratégica para exposição da marca Fomento Paraná no centro de Curitiba.
- A Fomento Paraná investiu na modernização da estrutura de Tecnologia da Informação. Foi renovada a estrutura de equipamentos e feita a automatização nos sistemas de informação das novas linhas de financiamento lançadas no período. Foi implantado um simulador de financiamento, em ambiente de internet, para facilitar o relacionamento com os clientes, e desenvolvida e implantada uma ferramenta de BI Business Inteligence, que dá suporte e agilidade ao planejamento estratégico e às tomadas de decisão da instituição.
- Em Pesquisa de Clima Organizacional realizada por uma consultoria externa ao fim do ano, a Fomento obteve média 7 (equivalente à nota das melhores empresas para trabalhar no país), com destaque para os quesitos Benefícios/Gestão de Pessoas, Imagem da Empresa e Lideranças, todas com notas em torno de 8. E todos os dez itens avaliados obtiveram evolução em relação à pesquisa
- A Fomento Paraná foi destaque na 39ª edição do Top de Marketing, premiação promovida pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil Seção Paraná (ADVB-PR). A empresa foi a vencedora na categoria Mercado Financeiro, em reconhecimento aos principais trabalhos de marketing e vendas desenvolvidos no Estado em 2013.

### II - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

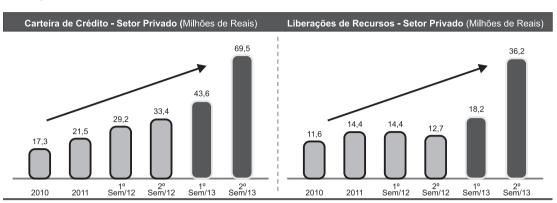
Em 2013 a Fomento Paraná apurou lucro líquido de R\$ 72,5 milhões, valor 19,8% inferior ao registrado no ano anterior. Esse resultado foi impactado pelo cenário econômico nacional, especialmente pela redução de taxas de juros da economia, que provocou redução das taxas de remuneração de aplicações financeiras lastreadas na taxa SELIC (-4%) e CDI (-4%) e nas operações de crédito lastreadas pela TJLP (-13%). Esses indicadores são referência para a remuneração de aproximadamente 94% dos ativos da instituição.

Com isso, a receita da intermediação financeira da instituição apresentou queda de 3,3% no período. Em menor escala, esse resultado também foi afetado pela redução das taxas de juros efetivas das linhas de crédito da Fomento Paraná, que acompanhou o movimento de mercado das instituições financeiras, ao mesmo tempo em que procurou fortalecer as ações para dar suporte às políticas públicas estaduais de apoio aos empreendedores e aos municípios.

As despesas operacionais foram impactadas pela constituição de provisão para contingências e riscos fiscais, no segundo semestre de 2013. E também pelo aumento das despesas com pessoal necessário para atender à estratégia de qualificação do quadro e expansão das atividades. A empresa promoveu um concurso público para contratar colaboradores e implantou um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários.

O resultado do esforço de expansão, que é combinado com a formalização de parcerias com o setor produtivo e com o poder público nos municípios, pode ser reconhecido no aumento da carteira de crédito do setor privado, que apresentou crescimento de 108% no ano, atingindo a marca de R\$ 69,5 milhões, fruto de mais de 7.750 contratos firmados ao longo dos últimos três anos.

Por consequência desse desempenho, a performance de liberações de recursos ao setor privado, cresceu 101% no período de um ano, chegando a R\$ 54,4 milhões, fruto de mais de 2.900 contratos de financiamento.



O impacto de todos estes fatores sobre o lucro líquido de 2013 foi refreado pela redução dos tributos sobre o lucro, em função do pagamento de juros sobre o capital próprio no período, no valor de R\$ 64,9 milhões, fator que gerou uma economia tributária da ordem de R\$ 25,9 milhões.

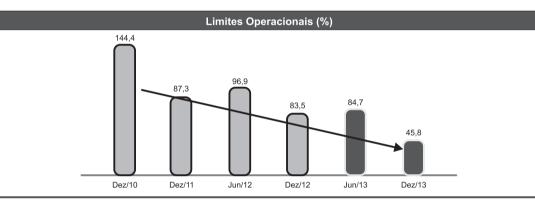
O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.185,7 milhões em dezembro de 2013. O valor representa uma redução de 10,6% em comparação

ao ano anterior e decorre principalmente da descapitalização, decidida pelo acionista majoritário no segundo semestre, no valor de R\$ 150 milhões.

Os ativos totais da Fomento Paraná apresentaram saldo de R\$ 1.248,6 milhões em dezembro de 2013. Deste total, 45,8%

os ativos totais da Fomento Parana apresentaram saido de R\$ 1.246,6 milhões em dezembro de 2013. Deste total, 45,8% são representados pela carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreada em títulos públicos federais), e 53,5% pela carteira de crédito, que está composta por operações do setor público (89,7%) e setor privado (10,3%). Os demais ativos representam apenas 0,7%.

O coeficiente de adequação de capital apurado em dezembro de 2013 foi de 45,8%. Esse índice é menor que nos períodos anteriores, mas está em patamar confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%.



#### III - PROGRAMAS DE CRÉDITO

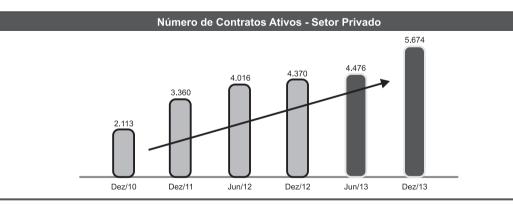
### a. Banco do Empreendedor

Como instituição financeira de desenvolvimento, a Fomento Paraná tem dirigido atenção especial aos empreendimentos informais e aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, buscando ampliar as carteiras de crédito, por meio de uma política de expansão.

A instituição reestruturou as linhas de crédito voltadas a financiar investimentos privados, que foram concentradas no programa Banco do Empreendedor, que ganhou novas linhas.

Esse esforço proporcionou um avanço significativo das operações de crédito com o setor privado. Ao longo de 2013 foram liberados R\$ 54.4 milhões para empreendedores privados, valor quase três vezes superior aos R\$ 14.4 milhões liberados em 2011.

Com isso, a carteira de crédito do setor privado chegou ao patamar de R\$ 69,5 milhões em 2013. O valor é 223% superior ao verificado no ano de 2011 e representa uma marca histórica para a instituição, que pela primeira vez chega a 10,3% do total de sua carteira de crédito alocada em operações de crédito para apoiar empreendedores de micro, pequeno e médio porte. Em apenas um ano foram firmados 2.945 contratos, volume 12% superior ao ano anterior, resultando num total de 5.674 contratos ativos em dezembro de 2013.



Destacam-se as operações da linha Banco do Empreendedor Taxistas, que tiveram início em janeiro de 2013 e ao fim do ano somavam R\$ 6,3 milhões em 198 contratos de financiamentos firmados em diferentes regiões do estado.

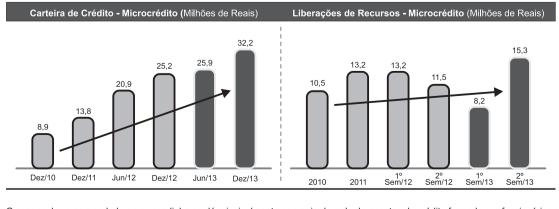
Considerando-se o conjunto de operações com o setor privado, estas se destinaram a atender principalmente empresas do setor de comércio (46,0%), pessoas físicas (11,1%), indústria (19,0%) e outros serviços (23,9%).

Na carteira total do setor privado, a concentração de recursos concedidos aos dez maiores clientes passou de 5,6% em 2012 para 12,7% em 2013. Destaca-se que o total de parcelas vencidas e consideradas em atraso (acima de 90 dias) representa apenas 0,6% da carteira total do setor privado, somando R\$ 392 mil.

### Microcrédito

www.fomento.pr.gov.br

O programa de microcrédito está disponível em todo o território paranaense e funciona como um instrumento para a geração de emprego e renda e a movimentação da economia regional. O objetivo é estimular e apoiar empreendedores normalmente excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito.



O acesso dos empreendedores a essa linha se dá principalmente por meio da rede de agentes de crédito formada por funcionários e colaboradores de entidades conveniadas. São secretarias de Estado, prefeituras, agências do trabalhador, federações e associações comerciais, sindicatos, cooperativas de crédito e sociedades de garantia de crédito.

A expansão da rede de agentes de crédito ativos, que hoje estão presentes em 269 municípios, proporcionou crescimento significativo na carteira de microcrédito, que atingiu a soma de R\$ 32,2 milhões em 2013. O valor é 27,7% superior ao ano anterior e 133% superior ao resultado registrado em 2011.

As liberações de recursos para o microcrédito somaram R\$ 23,5 milhões no ano, o que representa formalização de aproximadamente 2.550 contratos em valores de até R\$ 15 mil, resultando num total de 5.048 contratos ativos em dezembro de 2013.



CNPJ n° 03.584.906/0001-99 Av. Vicente Machado n° 445 - 4° andar - 80420-010 - Curitiba/PR



#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013



#### b. Repasses de Recursos do BNDES

A Fomento Paraná também operacionaliza o repasse de recursos oriundos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para apoio e financiamento de projetos de maior porte do setor privado, em valores de até R\$ 10 milhões. Isso é feito por meio das linhas BNDES Automático e Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), além de outros programas relacionados à missão da instituição, como o microcrédito.

Ao fim de 2013, a Fomento Paraná registrava R\$ 30,5 milhões em recursos captados do BNDES para essas operações de repasse.

#### c. Financiamento aos municípios

A Fomento Paraná atualizou em 2013 os programas de financiamento aos municípios, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e o Serviço Social Autônomo Paranacidade. Também foi implantado um novo procedimento para reduzir os juros e os encargos cobrados nos financiamentos para municípios, de forma a beneficiar aqueles que possuem número menor de habitantes, com menor capacidade de arrecadação (cota parte do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS) e aqueles com Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM) igual ou inferior a 0,6.

A fim de garantir a aderência das ações do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) às diretrizes do Plano de Governo 2011-2014, foi criado o Conselho de Investimentos, formado pelos titulares das secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano, da Casa Civil, de Governo, do Planejamento, além dos titulares da Fomento Paraná e Paranacidade.

Medidas diversas adotadas para acelerar o trâmite dos processos, em especial junto à Secretaria do Tesouro Nacional, permitiram reduzir o prazo médio de análise dos financiamentos de até seis meses para menos de 60 dias, em média, mas com casos excepcionais de cumprimento das exigências da STN em nove dias úteis.

A carteira de crédito voltada ao financiamento do setor público encerrou o ano de 2013 com o montante de R\$ 604,2 milhões. Ao longo do ano foram contratadas operações com municípios que somam R\$ 216,7 milhões, tendo sido liberados no período R\$ 98 milhões, para obras de infraestrutura e equipamentos urbanos, e para renovação do maquinário e dos equipamentos rodoviários.

Destaca-se ainda que a carteira do Setor Público, a despeito de seu volume, encerrou o ano de 2013 sem nenhuma parcela vencida ou em atraso, tendo portanto inadimplência zero.

#### IV - PARCERIAS

A Fomento Paraná desenvolveu uma estratégia para expansão de suas ações por meio de parcerias com entidades do setor produtivo e do setor público, para levar as linhas de crédito do Banco do Empreendedor a todas as regiões do estado.

Foram firmadas parcerias com as secretarias de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para implantar o programa Bom Negócio Paraná. Esse programa consiste na oferta de cursos gratuitos de capacitação gerencial para empreendedores, em parceria com os municípios.

Empreendedores que participam dos cursos do Bom Negócio Paraná, asseguram uma redução na taxa de juros das linhas do programa Banco do Empreendedor. A mesma vantagem é oferecida aos empreendedores que participam de cursos de capacitação gerencial fornecidos pelas entidades parceiras que firmam convênios com a Fomento Paraná, como as federações e associações comerciais.

#### V - RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Além de estruturar e operar financiamentos, a Fomento Paraná atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Aval Rural - FAR, do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e do Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM. Também é responsável pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

# a. Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR. Esse fundo foi instituído pela Lei Estadual 14.431/2004 para prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamento contratadas com agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF junto à rede bancária

Participam deste convênio o Banco do Brasil S.A. e o Governo do Paraná, por meio da Fomento Paraná, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Em 2013, o FAR foi reestruturado pelos organismos participantes e um novo convênio foi assinado junto ao BRDE, para garantir até

R\$ 10 milhões em operações de financiamento para projetos de investimento de agricultores familiares. O objetivo é atender em torno de 1.000 famílias enquadradas no Pronaf Investimento e Mais Alimentos.

### b. Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE

O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE é destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná mediante apoio financeiro às empresas. A Fomento Paraná é a gestora desse fundo, que é utilizado para concessão de subvenção econômica ao Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos, e no Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP II), no programa Banco do Empreendedor Micro e Pequena Empresa e na linha Taxistas, na modalidade de equalização de taxas de juros, entre outros programas.

Por meio do FDE, a Fomento Paraná fez também a estruturação financeira da operação para viabilizar o financiamento do BNDES para as obras de modernização do Estádio Joaquim Américo, pertencente ao Clube Atlético Paranaense, para o projeto Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014 em Curitiba. Os repasses do BNDES para o empreendimento em 2013 somaram R\$ 124,6 milhões.

Para acompanhar essa operação, a Fomento Paraná contratou, por meio de licitação, os serviços da PricewaterhouseCoopers, que ficou responsável pela auditoria física e financeira das obras de reforma e ampliação do estádio.

Os recursos do FDE também foram utilizados para uma operação de financiamento para um projeto de expansão de atividades de produção de carne de frango no Sudoeste do Paraná. O projeto assegurou a estabilidade da cadeia produtiva do frango na região, que é responsável por mais de dez mil empregos diretos na região, incluindo mais de 200 avicultores integrados.

Por meio do FDE, o Governo do Estado passou a oferecer tratamento diferenciado aos municípios mais carentes (Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal menor que 0,6) e de menor população, ação que contribui com a redução das desigualdades sociais e regionais.

#### c. Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito teve suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2012, instituído pelo Governo do Estado. A finalidade é a de prover recursos financeiros à Fomento Paraná para promover a equalização das taxas de juros ao percentual máximo de 5,1 pontos porcentuais ao ano, aplicados às operações de microcrédito, que apresentam taxas que variam entre 6,6% a 8% ao ano. O objetivo com isso é democratizar e socializar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade das atividades econômicas desenvolvidas por microempreendedores do Estado.

Este fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha de crédito Paraná Juro Zero, lançada em 2013, e que inicialmente proporciona uma alternativa de renda e empreendedorismo para famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Em 2013 foram utilizados R\$ 85 mil deste fundo para equalizar operações de microcrédito. Em 31 de dezembro de 2013 o valor disponível no FEM para equalizações era de R\$ 3,0 milhões.

#### d. Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

Destaca-se no período a aprovação da Lei 17.732, de 28/10/13, que institui o Programa de Recuperação de Ativos oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., os chamados "ativos".

Pela lei, a Fomento Paraná é a gestora desse programa, que tem como característica abranger a todos os devedores da carteira de

ativos cedidos ao Estado do Paraná. O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará jus a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos. Esses débitos passaram a ser recalculados a partir da liberação dos recursos, excluídos todos os aditamentos e todas penalidades ou encargos acessórios, deduzindo-se os pagamentos efetuados. O parâmetro de correção é a Taxa Referencial - TR, acrescida de juros de 3% ao ano.

O referido programa permite ao devedor obter desconto de 50% do valor devido recalculado, desde que a dívida recalculada seja

liquidada à vista, em moeda corrente. Também dispensa do pagamento devedores cujo valor nominal do contrato recalculado seja igual ou inferior a R\$ 45 mil. Nos casos de financiamentos que foram destinados à aquisição de máquinas, equipamentos, tratores, implementos agrícolas, caminhões e implementos rodoviários, as dívidas poderão ser apuradas tendo como parâmetro o valor de avaliação genérica dos bens financiados, fornecido por fabricantes ou revendedores autorizados.

Como parte desse programa, a Fomento Paraná promoveu em 2013 um leilão para alienação de bens do Estado do Paraná oriundos do Banestado, que estão em processo de cobrança judicial ou administrativa. A arrecadação foi de R\$ 1,1 milhão.

Em 2013, a área de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos, responsável pela cobrança de ativos e bens, relatou a recuperação de ativos monetizados no valor de R\$ 23,3 milhões.

#### VI - CAPTAÇÃO DE NOVOS RECURSOS

Como instituição financeira de desenvolvimento, agora classificada como "grau de investimento" pelas agências de classificação de risco Fitch Ratings e Moody's, a Fomento Paraná tem tido uma atuação proativa na busca de fontes alternativas de financiamento.

A instituição foi credenciada tecnicamente pela Caixa Econômica Federal para atuar como agente financeiro em operações de financiamento com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) no programa Pró-Transporte - PAC2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 3ª etapa. O limite de crédito estabelecido pela CEF para as operações desta linha é de R\$ 131 milhões. A primeira operação contratada nesta linha tem como beneficiário o município de Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba.

A Fomento Paraná também iniciou as tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD para abertura de uma linha de financiamento para programas de gestão de resíduos sólidos em municípios e consórcios municipais. Foi elaborada uma proposta técnica em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Instituto das Águas e Instituto Ambiental do Paraná e Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). A proposta entregue à AFD contempla projetos públicos e de empresas que atuam neste segmento. Os primeiros quatro projetos estão em análise na AFD.

Destaca-se também a primeira participação da Fomento Paraná nas tratativas de captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para o programa Paraná Urbano III, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. A previsão de investimentos neste programa é da ordem de R\$ 300 milhões.

### VII - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de reforçar seu papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Paraná, a Fomento Paraná estabeleceu um conjunto de grandes temas como prioridade para o período de 2011-2014. Entre eles destaca-se o esforço para modernização e ampliação da atuação para apoiar empreendimentos de micro, pequeno e médio porte. A instituição remodelou seus produtos e desenvolveu novas linhas de crédito de baixo custo, para atender à diversidade de negócios do campo e da cidade, observando sempre a adequada relação entre risco e retorno e as diretrizes do Plano de Metas 2011-2014.

E visando atender à missão estratégica de "promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense", a instituição modernizou também seu marco regulatório, os programas de financiamento voltados a apoiar o desenvolvimento dos municípios e tem buscado novas fontes de recursos para este fim.

Para atingir as metas do planejamento estratégico, a empresa atua em várias frentes de gestão. A adoção permanente de boas práticas de governança corporativa, de pessoas e de logística, o estreito relacionamento com o mercado e a ampliação de parcerias, a revisão e consolidação dos processos e normas internas, bem como a modernização do parque de tecnologia da informação, são fundamentais para o sucesso desse planejamento.

O principal instrumento para o alcance dos compromissos expressos no Planejamento Estratégico 2011-2014, em aderência ao Plano de Metas para a atual gestão, é a assinatura anual do Contrato de Gestão, firmado entre o quadro diretivo e todos os funcionários da instituição, com a finalidade de pactuar com cada dirigente e com todos os colaboradores, os objetivos, metas, indicadores e produtos que foram apresentados em programas e projetos no Planejamento, a serem cumpridos e monitorados de forma eficiente, eficaz e efetiva.

A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Capital

www.fomento.pr.gov.br

De domiciliados no país

Reservas de capital

Reservas de lucros

<u>ATIVO</u>	2013	2012
Circulante	733.779	799.453
Disponibilidades	47	28
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	_548.222	623.766
Carteira própria	540.631	620.477
Vinculados à prestação de garantias	7.591	3.289
Operações de crédito	<u> 183.491</u>	163.003
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	186.077	164.913
Setor público	160.822	149.083
Setor privado	25.255	15.830
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(2.586)	(1.910)
Outros créditos	1.930	12.584
Rendas a receber	1.588	-
Diversos (Nota 7)	342	12.584
Outros valores e bens	89	72
Realizável a longo prazo	_513.681	572.920
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	23.230	48.679
Carteira própria	15.612	41.674
Vinculados à prestação de garantias	7.618	7.005
Operações de crédito	_484.357	519.604
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	487.662	522.520
Setor público	443.355	504.919
Setor privado	44.307	17.601
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(3.305)	(2.916)
Outros créditos	6.094	4.637
Diversos (Nota 7)	6.094	4.637
Permanente (Nota 3g e 8)	1.159	909
Investimentos	2	2
Outros investimentos	2	2
Imobilizado de uso	1.122	863
Outras imobilizações de uso	2.418	1.920
(-) Depreciações acumuladas	(1.296)	(1.057)
Intangível	35	38
Ativos intangíveis	49	42
(-) Amortizações acumuladas	(14)	(4)
Diferido	<del>_</del>	6
Gastos de organização e expansão	257	257
(-) Amortizações acumuladas	(257)	(251)
Total do ativo	1.248.619	1.373.282

PASSIVO	2013	2012
Circulante	10.655	10.095
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3j e 9)	2.458	1.826
BNDES	529	140
CEF	1.785	1.637
FINAME	144	49
Outras obrigações (Nota 10)	<u>8.197</u>	8.269
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4	2
Sociais e estatutárias	1.271	1.055
Fiscais e previdenciárias	2.108	1.280
Diversas	4.814	5.932
Exigível a longo prazo	52.272	37.195
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3j e 9)	31.635	19.927
BNDES	28.399	16.276
CEF	1.792	3.488
FINAME	1.444	163
Outras obrigações (Nota 10)	20.637	17.268
Fiscais e previdenciárias	11.537	10.180
Diversas	9.100	7.088
Patrimônio líquido (Nota 13)	1.185.692	1.325.992

Total do passivo

\_\_\_\_

1.373.282

1.159.697

166.293

1.011.742

173.947

1.248.619



CNPJ nº 03.584.906/0001-99 Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR

GOVERNO DO ESTADO

10.687

#### **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS** EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	201;	3	2012
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita da intermediação financeira	68.642	129.685	134.049
Operações de crédito (Nota 3d)	36.164	72.968	74.236
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3c)	32.478	56.717	59.813
Despesas da intermediação financeira	(2.336)	<u>(4.151</u> )	(1.877)
Operações de empréstimos e repasses	(1.022)	(1.813)	(1.034)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(1.314)	(2.338)	(843)
Resultado bruto da intermediação financeira	66.306	125.534	132.172
Outras receitas/despesas operacionais	(26.794)	<u>(43.811</u> )	(34.503)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	862	3.107	-
Despesas de pessoal (Nota 15)	(10.886)	(19.488)	(13.196)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(9.578)	(19.333)	(21.288)
Despesas tributárias (Nota 17)	(3.264)	(6.360)	(6.236)
Outras receitas operacionais (Nota 18)	3.014	5.992	8.345
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(6.942)	(7.729)	(2.128)
Resultado operacional	39.512	81.723	97.669
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	39.512	81.723	97.669
Imposto de renda e contribuição social (Nota 3k e 12)	(3.784)	<u>(7.913)</u>	(5.947)
Provisão para imposto de renda	(2.302)	(4.880)	(4.324)
Provisão para contribuição social	(1.482)	(3.033)	(1.623)
Participações estatutárias no lucro	(1.261)	(1.261)	(1.228)
Lucro líquido	34.467	72.549	90.494
Juros sobre o capital próprio (Nota 13d)	(34.890)	(64.895)	(72.284)
Número de ações	1.011.742	<u>1.011.742</u>	<u>1.159.697</u>
Lucro líquido por ação do capital social - (em R\$)	34,07	71,71	78,03
As notes explicatives and parts integrants	daa damanatraaãaa fine	onociroo	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

Reservas de lucros

		Reservas de lucros							
	Capital	Aumento	Reservas			Especial	Lucros		
	social	de capital	de capital	Legal	<u>Estatutária</u>	de lucros	<u>acumulados</u>	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.118.105	-	1	34.333	113.750	38.945	-	1.305.134	
Aumento de capital									
<ul> <li>Com subscrição de ações no país</li> </ul>	-	2.648	-	-	-	-	-	2.648	
<ul> <li>Com incorporação de reservas</li> </ul>	-	38.945	-	-	-	(38.945)	-	-	
- Incorporação ao capital homologado BACEN	41.592	(41.592)	-	-	-	-	-	-	
Outros eventos		, ,							
<ul> <li>Ágio na subscrição de ações</li> </ul>	-	(1)	1	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	90.494	90.494	
Destinações									
- Reservas	-	-	-	4.524	13.686	-	(18.210)	-	
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	o -	-	-	_	-	-	(17.035)	(17.035)	
- Juros sobre o capital próprio							(	(	
adicional ao mínimo obrigatório	_	_	-	-		_	(55.249)	(55.249)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.159.697		2	38.857	127.436			1.325.992	
Mutações do exercício	41.592		1	4.524	13.686	(38.945)		20.858	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	1.159.697		2	38.857	127,436			1.325.992	
Aumento/redução de capital (Nota 13b e 13c)			_						
- Com subscrição de ações no país	_	2.046	_	_	_	_	_	2.046	
- Incorporação ao capital homologado BACEN	2.045	(2.045)	_	_	_	_	_		
- Resgate de ações no país	(150.000)	(=:0:0)	_	_	_	_	_	(150.000)	
Outros eventos	(1001000)							()	
- Ágio na subscrição de ações	_	(1)	1	_		_			
Lucro líquido do exercício	_	(1)		_		_	72.549	72.549	
Destinações (Nota 13d)							72.040	72.040	
- Reservas	_			3.628	4.026	_	(7.654)		
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário				0.020	4.020	_	(11.066)	(11.066)	
- Juros sobre o capital próprio							(11.000)	(11.000)	
adicional ao mínimo obrigatório	_	_	_	_	_	_	(53.829)	(53.829)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.011.742		3	42.485	131.462		(00.023)	1.185.692	
Mutações do exercício	(147.955)		1	3.628	4.026			(140.300)	
Saldos em 01 de julho de 2013	1.161.742		3	40.761	133.609			1.336.115	
Aumento/redução de capital (Nota 13c)	1110111742		Ū	40.701	100.000			1.000.110	
- Resgate de ações no país	(150.000)		_	_		_	_	(150.000)	
Lucro líquido do semestre	(150.000)						34.467	34.467	
Destinações (Nota 13d)	_	_	_	_	_	_	34.407	34.407	
- Reservas	_		_	1.724	(2.147)		423	_	
<ul> <li>Juros sobre o capital próprio - limite estatutário</li> </ul>	-			1.724	(2.147)	_	5.305	5.305	
- Juros sobre o capital próprio	, -	-	-	-	-	-	5.505	3.303	
adicional ao mínimo obrigatório							29.585	29.585	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.011.742	-	3	42.485	131.462	-	29.505	1.185.692	
Jaiuos ein 31 de dezelliblo de 2013	1.011.742	-	3	42.400	131.402	-	-	1.100.002	

1.724

#### **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Descrição	2013	%	2012	%
Receitas	128.684		139.076	
Intermediação financeira	129.685		134.049	
Prestação de serviços	3.107		-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(2.338)		(843)	
Outras	_(1.770)		5.870	
Despesas da intermediação financeira	_(1.813)		(1.034)	
Insumos adquiridos de terceiros	(18.686)		(20.688)	
Materiais, energia e outros	(146)		(200)	
Serviços de terceiros	(8.980)		(14.803)	
Outras	(9.560)		(5.685)	
Comunicação	(145)		(132)	
Publicações, propaganda e publicidade	(5.688)		(3.221)	
Serviços do sistema financeiro	(166)		(172)	
Processamento de dados	(1.593)		(1.425)	
Outras	(1.968)		(735)	
Valor adicionado bruto	108.185		117.354	
Depreciações e amortizações	(253)		(191)	
Valor adicionado a distribuir	107.932		<u>117.163</u>	
Distribuição do valor adicionado	107.932	100%	117.163	100%
Pessoal (Nota 2)	18.106	16,77%	12.696	10,84%
Remunerações e honorários	15.397		10.787	
Benefícios e treinamento	1.915		1.456	
FGTS	794		453	
Impostos, taxas e contribuições (Nota 2)	16.988	15,74%	13.945	11,90%
Federais	16.827		13.944	
Estadual	1		1	
Municipais	160		-	
Remuneração de capitais de terceiros	289	0,27%	28	0,02%
Aluguéis	289		28	
Remuneração de capitais próprios	72.549	67,22%	90.494	77,24%
Juros sobre o capital próprio	64.895		72.284	
Lucros retidos	7.654		18.210	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	201	2012	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	34.467	72.549	90.494
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	145	253	191
Constituição (reversão) de provisão para operações de crédito	1.314	2.338	843
Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.656	2.073	147
Constituição (reversão) de provisão para riscos fiscais	3.111	1.587	(5.000)
Constituição (reversão) de outras provisões	(59)	(221)	(82)
Lucro líquido ajustado	40.634	78.579	86.593
Redução (aumento) de ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	(2.502)	17.581	47.976
Operações de crédito	4.659	12.421	(42.711)
Outros créditos	3.301	9.197	(12.899)
Outros valores e bens	209	(17)	16
Aumento (redução) de passivos operacionais			
Outras obrigações	1.596	1.066	(1.732)
IRPJ e CSLL a pagar	(226)	549	(11.133)
Impostos e contribuições a recolher	331	278	31
Obrigações por repasses do país	9.667	12.340	18.333
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	57.669	131.994	84.474
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado	(28)	(498)	(566)
Aplicações no intangível	(3)	<u>(6)</u>	(42)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(31)	(504)	(608)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização (redução) de capital	(150.000)	(150.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.035
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(64.883)	<u>(64.883</u> )	(75.214)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(214.883)	(214.883)	<u>(73.179</u> )
(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(157.245</u> )	<u>(83.393</u> )	<u>10.687</u>
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	652.683	578.831	568.144
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício (Nota 4)	<u>495.438</u>	495.438	_578.831

(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa (157.245)(83.393) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

Mutações do semestre

A Fomento Paraná - Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

a. Fundos e programas oficiais; b. Orcamentos federal, estaduais e municipais:

c. Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; d. Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento estadual.

#### BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por

Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituicões do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

### A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 11 de março de 2014

Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa 11.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma

### Reclassificações para comparabilidade

Foi efetuada reclassificação na demonstração do valor adicionado de 31 de dezembro de 2012, com o objetivo de melhorar sua comparabilidade com a demonstração corrente. <u>Divulgação anterior</u> <u>Reclassificação</u> <u>Saldo reclassificado</u>

Distribuição do valor adicionado Pessoal Outros encargos sociais 1.728 (1.728)Impostos, taxas e contribuições 12.216 1.728 13.944 Federais A despesa com contribuições patronais ao INSS, anteriormente registrados em "Pessoal - outros encargos sociais", foi reclassificada

#### em "Impostos, taxas e contribuições - Federais" 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de

#### b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões

### inerentes ao processo de sua avaliação. A Fomento Paraná revisa as estimativas e premissas periodicamente

c. Títulos e valores mobiliários Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formados exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, participa de fundos de renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto destinados a investidores restritos (Fomento Paraná, Fundo de Aval Rural - FAR, Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM e Ativos do Estado), sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e participa também de fundo de curto prazo constituído sob a forma de condomínio aberto gerido

pelo Banco Itaú S.A., conforme demonstrado na nota 5. . Os fundos de investimentos restritos e aberto são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível

na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data. As agências de fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

## d. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanco, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização ("rendimentos") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual

requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H"

### e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R\$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos. A Instituição adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

Em face da característica do crédito concedido e da baixa inadimplência da carteira, a Instituição optou por não constituir provisão cional aos nercentuais mínimos requeridos nela Resolução nº 2 682/99

### f. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais:

Móveis e equipamentos de uso, instalações e sistemas de comunicação Sistemas de transporte e processamento de dados

Diferido e intangível

Em observância à Resolução CMN nº 3.617/08 o saldo registrado no diferido foi mantido até sua efetiva baixa.

#### h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada

exercício, a Instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, i. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da Instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

### j. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do período. k. Provisão para imposto de renda e contribuição social

### A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda, mensalmente pelo

regime de competência, à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano, enquanto que a contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%. Conforme faculta a legislação tributária, a Fomento Paraná opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sóbre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93. Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

### I. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido do período, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	Dez/2013	Dez/2012
Disponibilidades	47	28
Cotas de fundos de investimentos	495.391	578.803
Total caixa e equivalentes de caixa	495.438	578.83

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo		
Discriminação	Dez/2013	Dez/2012
I - Livres		
Títulos públicos federais - LFT-A (1)	45.241	83.348
Fundo de investimento de curto prazo - aberto	74	63
Fundos de investimento de renda fixa - restritos (2)	510.928	-
Fundos de investimento de renda fixa - exclusivos		578.740
Subtotal	556.243	662.151
II - Vinculados à prestação de garantias		
Fundos de investimento de renda fixa - restritos (2)	15.209	-
Fundos de investimento de renda fixa - exclusivos		10.294
Subtotal	15.209	10.294
Total	571.452	672.445
Circulante	548.222	623.766
Longo prazo	23.230	48.679
(1) O montante de R\$ 45.241 (R\$ 83.348 em Dez/2012) se compõem de 99.900 LFT-A emitidas em 02	2/12/1999 com	vencimento em

550)" divulgado pela AMBIMA. Os títulos estão sendo resgatados em 180 parcelas mensais e consecutivas. (2) Os fundos de investimento exclusivos foram alterados para fundos restritos, recepcionando além dos recursos da Fomento Paraná, recursos dos fundos estaduais e da carteira de Ativos do Estado sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à

01/12/2014, avaliadas de acordo com o preço unitário constante na "Tabela de Preços para Lastro de Títulos Federais (Res. BACEN

custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras www.fomento.pr.gov.br



CNPJ nº 03.584.906/0001-99 Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR



#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Dez/2012

100,00%

Dez/2013

687.433

As cotas dos fundos restritos, vinculadas à prestação de garantias, referem-se à garantia de operações de repasse realizadas junto à Caixa Econômica Federal - CEF-PNMPO. O valor vinculado é equivalente a 200% da dívida contratada. O montante correspondente à Fomento Paraná aplicado nos fundos restritos, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 526.137, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos Patrimônio líquido do fundo Recursos da Fomento Paraná % Participação

Administradores
Caixa Econômica Federal 86,70% Banco do Brasil E a composição dos fundos restritos, na data, é a seguinte: Administradores Faixas de vencimento Valor Caixa Econômica Federal Operações compromissadas - NTN-B 01/14 1.227 01/14 a 07/17 83.922 94.036 03/14 a 03/19 DI - ajuste (2)

(59) **179.126** Subtotal Banco do Brasil Operação compromissada LTN 174.677 100.826 01/14 01/14 Operação compromissada LFT 03/14 a 09/18 152.920 Subtotal Total carteira - fundos restritos

declaração de intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento, em 01/01/15. (2) As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das posições detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do Fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições prefixadas quando projeta queda na curva de juros

Das aplicações em LTN, o montante de R\$ 18.078 está avaliado pelo valor contábil e refere-se aos títulos que a Instituição formalizou

#### 6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Demais devedores Total da carteira

a. Composição por setor de atividade econômica

Octor privado			03.002	
Rural			-	10
Indústria			13.184	2.618
Comércio			31.992	18.183
Outros serviços			16.654	2.428
Pessoas físicas			7.732	10.192
Setor público			604.177	654.002
Administração direta municipal			604.177	654.002
Total da carteira			673.739	687.433
b. Concentração dos principais devedores de op	perações de crédito			
Descrição	Dez/2013	% da carteira	Dez/2012	% da carteira
Principal devedor	61.170	9,08%	46.188	6,72%
10 Maiores devedores	149.768	22,23%	177.690	25,85%
50 Maiores devedores	207.592	30,81%	226.306	32,92%

673.739

100,00%

c. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

			Operaç	ões em c	urso no	ormal				
Níveis de risco	AA	Α	В	С	D	Е	F	G	Н	Total da carteira
Parcelas vincendas	18.619	527.706	118.553	1.782	191	139	57	18	214	667.279
1 a 30 dias	545	15.870	3.493	60	7	5	4	1	12	19.997
31 a 60 dias	413	12.050	2.607	60	9	4	4	1	10	15.158
61 a 90 dias	390	11.978	2.642	62	9	4	4	1	9	15.099
91 a 180 dias	1.180	35.484	7.858	176	25	12	12	4	28	44.779
181 a 360 dias	2.212	68.352	15.557	367	63	23	18	5	48	86.645
Acima de 360 dias	13.879	383.972	86.396	1.057	78	91	15	6	107	485.601
Subtotal	18.619	527.706	118.553	1.782	191	139	57	18	214	667.279
			Operaçã	čes em ci	urso an	ormal				
Parcelas vincendas	-	121	2.277	1.172	491	249	286	152	680	5.428
1 a 30 dias	-	3	133	81	31	17	19	10	52	346
24 a CO diaa		0	440	7.4	20	16	10	10	40	240

61 a 90 dias 91 a 180 dias 117 181 a 360 dias 184 **76** 33 407 **137** Acima de 360 dias 967 2.061 478 142 1.032 Parcelas vencidas 15 a 30 dias 26 17 31 a 60 dias 52 50 46 61 a 90 dias 20 91 a 180 dias 23 145 209 180 180 181 a 360 dias Acima de 360 dias 6.460 203 1.158 Subtotal Total geral em 31/12/2013 424 527.830 452 Total geral em 31/12/2012 73.130

d. Composição por nível de risco e provisão constituída

	Total das		<u>Dez</u> Provisão B <i>A</i>	<u>Dez/2012</u> Provisão resolução	
Classificação de risco	operações	% particip.	%	Valor	BACEN
AA	18.619	2,76	_	_	_
A	527.830	78,34	0,5	2.639	2.625
В	120.972	17,96	1,0	1.210	849
C	3.091	0,46	3,0	93	64
D	758	0,11	10,0	76	69
E	452	0,07	30,0	135	114
F	424	0,07	50,0	212	101
G	221	0,03	70,0	154	102
Н	1.372	0,20	100,0	1.372	902
Total	673.739	100		5.891	4.826

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<b>2013</b>	2012
Saldo no início do exercício	4.826	4.991
Provisão constituída	4.776	3.591
Reversão de provisão	(2.438)	(2.748)
Efeito no resultado	2.338	843
Créditos baixados para prejuízo	(1.273)	(1.008)
Saldo no fim do exercício	<u>5.891</u>	4.826
f. Garantias operações de créditos		
Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos co	ncedidos, a Fomento Paraná, aceita de forma isolada o	ucumulativamente

garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundo de aval e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM. g. Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	Dez/2013	Dez/2012
Renegociação	890	189
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	336	381
O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em co	ontas de compensação é de	R\$ 6.068 em 31
de dezembro de 2013 (P\$ 5.132 em Dez/2012)	· -	

7 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Saldo em 31 de dezembro de 2013

	Dez/2013	Dez/2012
Adiantamentos concedidos	323	220
Devedores por depósitos em garantia (1)	6.112	4.668
IRRF a compensar (2)	-	6.744
IRPJ ajuste anual a compensar	-	578
Pagamentos a ressarcir (3)	-	5.011
Devedores diversos país	1	-
Total	6.436	17.221
Circulante	342	12.584
Longo prazo	6.094	4.637
(1) Nesta conta estão registrados os denósitos judiciais das ações em	curso, sendo que P\$ 6 004 (P\$ 4 637 em Da	27/2012) refere-se 20

depósito na ação declaratória de imunidade tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade, autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, originária dos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos aos anos de 2002 a 2008. Do total depositado judicialmente, R\$ 5.032 foram retidos do Paranacidade e considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, a Fomento Paraná vem retendo, mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente

(2) Em janeiro de 2012, a Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa nº 1.236 e no art. 2º alterou o art. 56 da Instrução Normativa nº 1.022, de 5 de abril de 2010, excluindo as agências de fomento da dispensa de retenção na fonte ou o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras. Em 2012 foi retido imposto de renda no montante de R\$ 6.744, o qual foi compensado com o imposto devido em 2013. A partir de 2013, não se aplica a

retenção de IR, conforme disposto na Instrução Normativa nº 1.303, de 30 de novembro de 2012. (8) Do imposto de renda retido sobre os rendimentos em aplicações financeiras, em 2012, R\$ 5.011, foi retido indevidamente e ressarcido

pela instituição bancária à Fomento Paraná, em janeiro de 2013 8 ATIVO PERMANENTE

a. Imobilizado de uso			Dez/2013		
			Depreciação	Valor	Valor
	(*)	Custo	acumulada	líquido	líquido
Instalações, móveis e equipamentos	10%	1.389	(580)	809	550
Sistema de comunicação	10%	32	(17)	15	14
Processamento de dados	20%	940	(648)	292	281

20% Sistema de transporte 1.122 Total 2.418 863 b. Movimentação do imobilizado de uso

Instalações, móveis Processamento e equipamentos de dados Outros Total Saldo em 01 de janeiro de 2012 379 306 Adições Depreciações (88) (155) Saldo em 31 de dezembro de 2012 550 863 281 Saldo em 01 de janeiro de 2013 Depreciações (142)(83)(14)(239)

809

c. Diferido			Dez/2013		Dez/2012
Gastos em imóveis de terceiros Gastos com aquisição e manutenção de logiciais Total	<u>(*)</u> 20% 20%	Custo 36 221 257	Amortização <u>acumulada</u> (36) (221) (257)	Valor líquido - - -	Valor líquido 4 2
d. Intangível  Licença de uso software  Total	<b>(*)</b> 20%	Custo 49 49	Dez/2013 Amortização acumulada (14) (14)	Valor líquido 35 35	Dez/2012 Valor líquido 38 38
(*) Taxa anual de depreciação e amortização.					

ORDIGAÇÕES DOD DEDASSES DO DAÍS

OBRIGAÇÕES POR I	KEPASSES DU PAIS			
	rios de instituições oficiais de repasse do país, os a data do balanço pelas disposições contratuais d	1		finais. Essa
Instituições oficiais do país	Taxa de atualização	Vencimento final	Dez/2013	Dez/2012
BNDES programa PSI	2,5 a 3,5% a.a.	15/10/23	462	198
BNDES consórcio BRDE	TJLP + 0,9% a.a.	. 15/09/16	130	177
BNDES automático (1)	TJLP + 2,8% a.a. ou Selic Acum. + 1,8% a.a.	15/03/23	4.276	-
BNDES microcrédito (2)	TJLP + 0,9% ou 1,5% a.a.	15/10/18	24.060	16.041
CAIXA microcrédito (3)	9,38% a.a.	31/01/16	3.577	5.125
FINAME PSI	0% a 3,5% a.a.	15/10/23	1.588	212
Total			34.093	21.753
Circulante			2.458	1.826
Longo prazo			31.635	19.927

<sup>2)</sup> Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

destinado a operações junto a microempreendedores conforme "Programa BNDES de microcrédito - Resolução nº 2.074/11".

(1) Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

destinado a operações com mutuário específico, para financiar projeto que envolve: construção civil, instalações e transporte do parque

(3) Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto à Caixa Econômica Federal destinado para operações de microcrédito no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.000/11.

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Dez/2013	Dez/2012
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4	2
IOF a recolher	4	2
Sociais e estatutárias	1.271	1.055
Juros sobre o capital próprio (Nota 13d)	10	11
Provisão para participações nos lucros	1.261	1.044
Fiscais e previdenciárias	13.645	11.460
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	832	283
Impostos e contribuições a recolher	1.276	997
Provisão para riscos fiscais (Nota 11g)	11.537	10.180
Diversas	13.914	13.020
Dotação para aumento de capital	-	2.035
Provisão para despesas de pessoal	1.455	891
Provisão para passivos contingentes (Nota 11c)	4.644	2.915
Provisão para despesas de publicidade e propaganda	392	1.080
Credores diversos no país (1)	7.423	6.099
Total	28.834	25.537
Circulante	8.197	8.269
Longo prazo	20.637	17.268
1) Conforme mencionado na nota 11, item d. a Fomento Paraná, vem depositano	do judicialmente, na ação Declaratória	de Imunidade

Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósito em garantia" conforme nota 7. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de servico, registrado contabilmente na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 5,289 (R\$ 4,913 em Dez/2012).

#### 11 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS

A Fomento Paraná é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Os processos passam por avaliação e acompanhamento do departamento jurídico, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituiu-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As acões cíveis e trabalhistas com os riscos avaliados em provável, possível ou remota foram devidamente provisionadas

As provisões para riscos fiscais avaliadas como prováveis foram devidamente provisionadas.

As provisões para ações trabalhistas são oriundas de processo movido por pessoal terceirizado, que, corresponde ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, existem possibilidades de êxito na demanda aforada. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionário concursado, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da participação nos lucros e resultados - PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e horas extras. Há também ações judiciais de ex-diretores que pleiteiam o pagamento da multa de 40% do FGTS em razão da rescisão contratual antecipada.

Ações trabalhistas Terceirizado Ex-funcionário concursado 348 46 81 194 304 394

As provisões para ações cíveis são originárias de 16 processos, um refere-se à ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela Fomento Paraná contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, aguarda-se o seu regular andamento processual, com a produção de provas e realização de audiência de instrução, que ainda não ocorreram. Dentre as ações cíveis existem 14 processos movidos por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual e uma ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os pericial foi desfavorável à Fomento Paraná, considerando, para fins de cálculo de honorários advocatícios, todas as renegociações efetivadas durante a duração do contrato, e não apenas o efetivamente recebido. Em audiência realizada em 29/08/2013, foram colhidos o depoimento pessoal do autor e de testemunhas e realizada juntada de novos documentos. O processo encontra-se concluso

Dez/2013 Acões cíveis Ação de cobrança - ABDE Diversos - danos morais e materiais 530 Cobrança de honorários advocatícios 4.340

c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2013			2012
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	394	2.521	2.915	2.821
Movimentação com efeito no resultado	246	1.827	2.073	147
Atualização/encargos	40	1.787	1.827	383
Constituição	233	78	311	18
Baixa por reversão	(27)	(38)	(65)	(254)
Baixa por pagamento	(336)	(8)	(344)	(53)
Saldo no final do exercício	304	4.340	4.644	2.915

### d. Fisco Municipal - Autuação ISS

Autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010 pelo Município de Curitiba, referente à cobrança de ISS sobre receita de prestação de serviços de gestão e cobrança de ativos de titularidade do Estado do Paraná, referente aos exercícios de 2005 e 2006. Para esta autuação foi interposto recurso administrativo em agosto de 2012, solicitando a aplicabilidade da equidade com dispensa de juros e multas, conforme o acordo realizado no pagamento efetuado em março de 2012 dos autos de infração de 2006 que tratam do mesmo objeto desta autuação. Em fevereiro de 2013 foi expedida decisão favorável as solicitações da Fomento, resultando no pagamento apenas do principal e atualização monetária, conforme evidenciado no ítem 'g'.
Em 2006 e 2010, a Instituição foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre

recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2001 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e Paranacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. Afora isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS. Em 06/03/13, foi proferida decisão interlocutória nos autos em epígrafe determinando o depósito dos valores relativos aos autos de

infração nº 201.174 e 201.197 (anos 2005 e 2006), no montante de R\$ 1.062, bem como declarou a suspensão de exigibilidade dos autos nº 201.203, 201.204, 201.205, 201.207, com fulcro no artigo 151, inciso II do Código Tributário Nacional, por não ter vislumbrado prejuízo ao Município de Curitiba/PR, em razão da existência de depósito judicial, referente aos anos de 2007 e 2008. O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7

e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paranacidade. Considerando que a prestação de servico é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente. Em relação aos autos de infração nº 201.174 e 201.197 a Instituição mantém constituída a provisão (R\$ 1.135), uma vez que não foi efetuada a retenção do depósito judicial do prestador de serviço, conforme demonstrado no item 'g'.

### e. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

1.122

21

292

A Fomento Paraná adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas agências de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS)

Em data de 22/05/13 esta Fomento Paraná recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF nº 09.0.01.00-2013-00033-9. solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS utilizado por esta Instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do artigo 3º. parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto à forma de recolhimento utilizada pela Fomento Paraná e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013. Muito embora, a diferença entre a utilização do regime cumulativo e o não-cumulativo suscitasse o valor de R\$ 4.734 - já computados a multa e os juros - observado que, pelo regime não-cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a "alíquota zero" prevista no Decreto nº 5.442/05, o referido auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo artigo 1º do referido decreto a que a Instituição faz jus. A Fomento Paraná, por meio de seu departamento jurídico, apresentou impugnação aos referidos autos de infração, na esfera administrativa, no qual obteve-se em sessão em 8 de outubro de 2013 êxito parcial, com a redução do auto de infração para o valor provisionado de R\$ 4.734, que atualizados até 31 de dezembro de 2013 soma R\$ 4.854. A decisão proferida foi submetida de ofício à análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por força do artigo 34 do Decreto nº 70.235/72, e alterações posteriores, que prevê a exigência de recurso necessário. A Fomento Paraná em 30 de setembro de 2013 licitou a contratação de escritório de advocacia de renome nacional, por meio do Processo Licitatório de Inexigibilidade nº 03/2013, visando à elaboração de recurso na esfera administrativa, e também na judicial, caso não haja reversão total do valor de autuação.

www.fomento.pr.gov.br



Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR

CNPJ nº 03.584.906/0001-99



92.134

Dez/2013

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

#### f. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 5.548 (R\$ 7.225 em Dez/2012), constituída sobre os valores repassados à Fomento Paraná pelo acionista majoritário "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e da gestão da carteira de crédito dos Ativos do Estado do Paraná, oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná -BANESTADO. O registro da forma adotada pela Instituição tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná e o Decreto Estadual 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

g. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	2013			2012	
	Fisco	Fisco	Provisão		
	municipal (1)	federal	tributária	Total	Total
Saldo no início do exercício	2.955	-	7.225	10.180	19.777
Movimentação com efeito no resultado	(1.590)	4.854	(1.677)	1.587	(5.000)
Atualização/encargos	95	120	426	641	747
Constituição	-	4.734	-	4.734	811
Baixa por reversão	(1.685)	-	(2.103)	(3.788)	(6.558)
Baixa por pagamento	(230)			(230)	(4.597)
Saldo no final do exercício	1.135	4.854	5.548	11.537	10.180
<sup>(1)</sup> As principais movimentações referem-se a: <b>a)</b> em març	o de 2013, houve d	ecisão judicial	na ação declara	tória de imunida	ade tributária

321/2007, que trata do auto de infração 161.747/2010, determinando o depósito judicial dos valores relativos aos autos de infração: 201.174 e 201.197 relativo aos exercícios 2005 e 2006, que trata da não retenção de ISS incidente sobre as faturas do Paranacidade no período supracitado, resultando desta forma na reversão de R\$ 1.187 referente a exclusão de multa e juros da provisão para os respectivos autos; **b)** decisão administrativa expedida em fevereiro de 2013 pelo Município de Curitiba, referente aos autos de infração 201.196 e 201.201, que tratam da autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010, relativa à cobrança de ISS retido sobre faturas de reembolso de salários pagos pela Fomento Paraná aos funcionários cedidos pelo Paranacidade, resultando no cancelamento dos referidos autos com reversão de provisão no montante de R\$ 183; e, c) decisão administrativa expedida pelo Município de Curitiba, referente aos autos de infração 201.168 e 201.199, que tratam da autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010, relativa à cobrança de ISS sobre receita de prestação de serviços de gestão do FDE e da cobrança de ativos de titularidade do Estado do Paraná, dos exercícios de 2005 e 2006, aplicando a equidade com dispensa de juros e multas, resultando desta forma no pagamento, em fevereiro de 2013, de principal e atualização monetária no montante de R\$ 230 e reversão de multa e juros no valor de R\$ 297.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dez	2/2013	De	z/2012
	IRPJ	CSLL (1)	IRPJ	CSLL (1
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	81.723	81.723	97.669	97.669
Juros sobre o capital próprio	(64.895)	(64.895)	(72.284)	(72.284)
Participações estatutárias no lucro	(1.261)	(1.261)	(1.228)	(1.228)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	4.715	4.652	(6.119)	(6.119)
Adições (exclusões) temporárias	5.216	5.153	(6.551)	(6.551)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.281	2.281	707	707
Provisões trabalhistas e cíveis	1.729	1.729	94	94
Provisões para riscos fiscais	1.357	1.357	(9.596)	(9.596)
Rendas a apropriar em atraso	257	257	382	382
Outras provisões	(408)	(471)	1.862	1.862
Adições (exclusões) permanentes	(501)	(501)	432	432
Doações e patrocínios	149	149	515	515
Outras adições (exclusões) permanentes	(650)	(650)	(83)	(83)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL do exercício	20.282	20.219	18.038	18.038
Incentivos fiscais	(167)	-	(162)	_
Imposto de renda e contribuição social	4.880	3.033	4.324	1.623
(1) Conforme o art. 70 da Lei nº 12.715/12, a partir de 2013 para fins	s de incidência de	tributos federais	inclusive	contribuiçõe

previdenciárias, as agências de fomento equiparam-se a bancos de desenvolvimento, ficando submetidas a estas regras de tributação, devido a isso em 2013 a Instituição passou a adotar a alíquota de 15% para o cálculo da contribuição social, que era de 9% em 2012.

#### 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.011.742 (R\$ 1.159.697 em Dez/2012), representado por 1.011.742 (1.159.697 em

### b. Aumento de capital

Conforme ata da 55ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o capital social da Fomento Paraná no montante de R\$ 2.045, através da utilização dos juros sobre o capital próprio creditado ao acionista Celepar em 2012 e dos valores registrados na rubrica "Dotação para futuro aumento de capital" oriundos da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e da gestão dos Ativos do Estado.

	Estado do Farana	Celepai	IOlai	
Juros sobre o capital próprio - 2012	_	10	10	
Dotação para futuro aumento de capital	2.035		2.035	
Valor total	2.035	10	2.045	
Nº ações	2.035	10	2.045	
O processo de aumento de capital foi homologado pelo BACEN através do Ofício 5.082/2013 - BCB/DEORF/GTCUR em 27 de junho de 2013.				

## c. Redução de capital

Conforme ata da 59ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013, deliberou-se reduzir o capital social da Fomento Paraná no montante de R\$ 150.000, através do resgate de 150.000 ações pelo sócio Estado do Paraná. O processo de redução de capital foi homologado pelo BACEN através do Ofício 638/2014 - BCB/DEORF/GTCUR em 16 de janeiro de 2014.

### d. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, aos acionistas será atribuído, em cada exercício dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

29 % do ludro indiado ajustado, calculado combrile legislação Societaria.
Em 11 de dezembro de 2013, na 98º Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da Instituição, o crédito dos juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, no montante bruto de R\$ 64.895 (R\$ 72.284 em 2012), que sofreu retenção na fonte de R\$ 2, resultando em um valor líquido aos acionistas de R\$ 64.893 (R\$ 72.282 em 2012). Deste total, R\$ 30.005 refere-se ao 1º semestre de 2013, o qual foi deliberado na 92º Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 27 de junho de 2013. Os juros sobre o capital próprio - JCP são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no

exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. Em 2013, o Conselho de Administração, aprovou "ad-referendum" da Assembleia Geral, antecipação de pagamento dos juros sobre o

capital próprio, relativos ao exercício 2013, conforme demonstrado a seguir: Data de pagamento Valor líquido **Acionista** Ano-base Natureza

, and the second			Dez/2013	Dez/2012
Em conformidade ao es da seguinte forma:	stabelecido no artigo 52 do Estatuto Social	da Fomento Paraná, o resultado ap	urado no exercício	foi destinado
17/12/2013	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	2013	34.883
12/09/2013	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	2013	30.000

	Dez/2013	Dez/2012
Lucro líquido do exercício	72.549	90.494
Reserva legal (5% do lucro líquido)	3.628	4.524
Lucro líquido ajustado	68.921	85.970
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	11.066	17.035
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	53.829	55.249
Constituição de reserva estatutária	4.026	13.686

### 14 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em contrapartida à prestação dos servicos de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e dos Ativos do Estado sob gestão da Fomento Paraná, esta é remunerada conforme contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná, e Lei Estadual nº 5.515/67, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21, itens "b" e "c". A remuneração a título de taxa de administração representou R\$ 3.107 em 2013.

### 15 DESPESAS DE PESSOAL

2013	2012
(11.261)	(6.843)
(3.437)	(2.181)
(2.064)	(1.883)
(1.807)	(1.411)
(811)	(833)
(108)	(45
(19.488)	(13.196)
	(11.261) (3.437) (2.064) (1.807) (811) (108)

20 OUTRAG DEGI EGAG ADMINIOTRATIVAG		
	2013	2012
Serviços de terceiros (1)	(8.313)	(14.555)
Publicações, propaganda e publicidade (2)	(5.688)	(3.221)
Processamento de dados	(1.593)	(1.425)
Relações públicas	(713)	-
Serviços técnicos especializados	(661)	(224)
Viagens	(479)	(268)
Aluguéis	(289)	(28)
Depreciações e amortizações	(253)	(191)
Contribuições filantrópicas	(249)	(514)
Serviços do sistema financeiro	(166)	(172)
Comunicações	(145)	(132)
Materiais de expediente	(112)	(171)
Manutenção e conservação de bens	(95)	(89)
Transporte	(79)	(65)
Outras despesas administrativas	(498)	(233)
Total	<u>(19.333)</u>	(21.288)
(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 7.533 (R\$ 14.147 em 2012) refer	e-se a despesas com o Paranacidade d	ecorrentes do Ato

Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração

pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%.

(2) Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da Fomento Paraná, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

### 17 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Outras

Outras

Total

	2013	2012
PIS	(862)	(872)
COFINS	(5.302)	(5.363)
CIDE, PIS e COFINS Importação	(35)	
IPVA	(1)	(1)
ISS	(156)	`-'
IPTU	(4)	
Total	<u>(6.360)</u>	(6.236)
18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	1.116	1.151
Reversão de provisões	4.074	6 895

5.992 8.345 Total 19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS 2012 (34) (367) 2013 Provisões para contingências - trabalhistas Provisões para contingências - cíveis (1.865)Provisões para riscos fiscais (5.375)(1.559)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização.

Não é prática da Fomento Paraná operar com derivativos financeiros, porém os fundos restritos nos quais a Instituição aplica seus recursos, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil, podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos restritos.

#### 21 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e o Pessoal-Chave da Administração

#### Estado do Paraná

a. Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná;

- Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, sendo remunerada por um percentual fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e, conforme determinado no Decreto Estadual nº 692/07, o valor repassado à Fomento Paraná em 2012 foi reconhecido como adiantamento para futuro aumento de capital da empresa, sendo registrado na rubrica "Dotação para futuro aumento de capital", e em 2013 como receita de prestação de serviços de gestão;
- Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado do Paraná oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sendo remunerada por um percentual fixado em contrato com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos Ativos do período. O valor repassado à Fomento Paraná em 2012 foi reconhecido como adiantamento para futuro aumento de capital, sendo registrado na rubrica "Dotação para futuro aumento de capital", e em 2013 como receita de prestação de serviços de gestão.

#### Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, e através de contrato de cessão não onerosa, concede para instalação da sede da Fomento Paraná, salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos apenas os gastos com condomínio; existe ainda uma parceria com o Banco, que cede empregados de seu quadro próprio com ônus à Fomento Paraná.

#### Servico Social Autônomo Paranacidade

- e. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96, revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06. A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP foi firmado com o Paranacidade um Termo Cooperação Técnico Operacional, no qual o ente, na primeira edição do programa (PROMAP) vigente até 2012, era remunerado à taxa de 1,5% sobre cada liberação do contrato relativo à operação de crédito e na segunda edição (PROMAP II), vigente em 2013, não há previsão de remuneração pelas atividades de operacionalização.
- O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

#### Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

g. Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

#### Pessoal-Chave da Administração

h. O pessoal-chave da Administração da Fomento Paraná são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e

controle das atividades da Instituição, representado pela Diretoria e Conselho de Administração. As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	Despesa	Receita
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	-	64.883	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	10	12	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração (1 e 2)	-	274	2.457	13
Gestão de fundo e carteira de Ativos (3)	1.794	-	-	3.107
Funcionários adidos - BADEP e Paranacidade (2)	-	304	2.128	35
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	106	1.460	-
Condomínio - BADEP	-	24	205	-
Comissão - Paranacidade	-	1.045	7.533	-
Ação judicial - ISS Paranacidade (4)	5.032	5.289		
	6.826	7.052	78.678	3.155
	0.020	7.002	10.010	0.100
	0.020		ez/2012	0.100
Descrição	Ativo			Receita
<b>Descrição</b> Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná		D	ez/2012	
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		D	ez/2012 Despesa	
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná		Passivo	ez/2012 <u>Despesa</u> 72.271	
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná Juros sobre o capital próprio - CELEPAR		Passivo - 11	ez/2012 Despesa 72.271 13	
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná Juros sobre o capital próprio - CELEPAR Remuneração do pessoal-chave da Administração (1)	Ativo - - -	Passivo - 11 216	ez/2012 Despesa 72.271 13	
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná Juros sobre o capital próprio - CELEPAR Remuneração do pessoal-chave da Administração (1) Gestão de fundo e carteira de Ativos (3)	Ativo - - -	Passivo - 11 216 2.035	Pez/2012  Despesa 72.271 13 2.280	
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná Juros sobre o capital próprio - CELEPAR Remuneração do pessoal-chave da Administração <sup>(1)</sup> Gestão de fundo e carteira de Ativos <sup>(3)</sup> Funcionários adidos - BADEP e Paranacidade	Ativo - - -	Passivo - 11 216 2.035 289	Pez/2012  Despesa 72.271 13 2.280 - 1.962	

(1) Refere-se ao total da remuneração fixa, inclusive encargos sociais, benefícios e participação nos lucros e resultados, sendo os dois últimos pagos apenas à diretoria.

O valor demonstrado em "Receita" refere-se à reversão de provisão de participação de lucros e resultados de 2012. (3) O valor demonstrado em "Ativo" refere-se à taxa de administração e a adiantamentos de valores para pagamento de despesas, ambos oriundos da gestão do FDE e da Carteira de Ativos do Estado. O valor evidenciado em "Receita" refere-se à taxa de administração do

FDE e Ativos relativa aos exercícios de 2012 e 2013. <sup>(4)</sup> Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado como direito na rubrica "Devedores por depósito em garantia", conforme nota 7. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo

contabilizado como uma obrigação na rubrica "Credores diversos no país", conforme descrito na nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do Paranacidade, a Fomento Paraná fará o "encontro de contas", com devolução do valor retido ao Paranacidade ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação dos autos de infração.

### 22 ACORDO DE BASILEIA

Patrimônio de referência

Ação judicial - ISS Paranacidade (4)

Os limites operacionais da Fomento Paraná, foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional -CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e capital principal, respectivamente.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor

Nível I	1.185.692	1.325.986
Capital principal	1.185.692	1.325.986
Capital complementar	-	-
Nível II	-	-
Destaque para operações com o setor público	(1.062.025)	(1.132.025)
Total	123.667	193.961
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados		
Risco de crédito	85.649	53.671
Risco de mercado	-	-
Risco operacional	<u> 184.291</u>	178.559
Ativos ponderados pelo risco - RWA (1)	269.940	232.230
Patrimônio de referência mínimo requerido	29.693	25.545
Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido	93.974	168.416
Índice capital/ativos ponderados pelo risco - %	45,8%	83,5%
(1) Para efeito de comparabilidade com o período anterior, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigio	lo" pois passamos	a apresentar

as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA".

# 23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Fomento Paraná adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Fomento Paraná avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA\_cpad, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da Instituição também fazem parte da definição de risco operacional. Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com

os dispositivos legais. Considerando suas características, a Fomento Paraná utiliza a abordagem do indicador básico, definido pelo Banco Central, para o

cálculo da parcela de risco operacional (RWA\_opad).

### Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela Instituição.

De acordo com as especificidades da Fomento Paraná, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na Instituição em situações de crise. A metodologia de simulação adotada é o V@R (value at risk), cujo valor calculado na data-base de Dez/2013 é de R\$ 56.

### d. Risco de liquidez

299

(216)

(7.729)

É a probabilidade de a Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, ou somente fazê-lo com elevadas perdas, devido a uma das seguintes situações:
a) Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a

capacidade de pagamento da instituição; b) Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A Fomento Paraná mantém estoque de ativos de alta liquidez em valor definido nos seus normativos internos, compostos de Títulos

Públicos Federais compromissados com vencimento em 1 (um) dia ou cotas de fundos lastreadas por estes títulos.

e. Gerenciamento de capital Em junho de 2011, foi divulgada pelo Banco Central a Resolução CMN nº 3.988, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma, a Política e o Plano de Gerenciamento de Capital foram aprovados

pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.fomento.pr.gov.br.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis
- introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais • a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Cofins. A Fomento Paraná aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação (168)preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização. (2.128)

www.fomento.pr.gov.br





CNPJ n° 03.584.906/0001-99 Av. Vicente Machado n° 445 - 4° andar - 80420-010 - Curitiba/PR



#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Juraci Barbosa Sobrinho Diretor-Presidente

Alexandre Teixeira Clemenceau Merheb Calixto Heraldo Alves das Neves Jurandir Rodrigues de Oliveira Samuel leger Suss

#### **CONTADORA**

Luciane Tessaro Perissatto - CRC PR-044315/O-8

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jozélia Nogueira Presidente

Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque Carlos Roberto Massa Júnior Flávio Montenegro Balan Juraci Barbosa Sobrinho Paulo Henrique Carrano Santos Vice-Presidente

Marcello Alvarenga Panizzi Norberto Anacleto Ortigara Ruy Fonsatti Junior

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório da KPMG Additores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fomento Paraná, são da opinião de que as citadas peças, encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 12 de março de 2014 Nilson Monteiro Menezes

Conselheiro

Paulo César Nauiack Conselheiro

#### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2013

#### Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o **Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S.A.** desenvolveu as sequintes atividades:

- I. Revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S.A.;
- II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;
- III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;

Jorge Sebastião de Bem Conselheiro

- IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
- V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
- VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
- VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e BACEN.

#### Conclusões

As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2013 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S.A. em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo BACEN.

Curitiba, 12 de março de 2014

Arwed Baldur Kirchgässner
Coordenador

Francisco Xavier de Oliveira Membro Qualificado

Marcelo Borges Lacerda Membro Suplente

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

#### Agência de Fomento do Paraná S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Curitiba, 11 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6

Marcello Palamartchuk Contador - CRC PR-049038/O-9